



BOLETIM myLEX #10

Instrumentos de Medição

O Decreto-Lei 45/2017 transpõe para o direito nacional a Diretiva 2014/32/UE, alterada pela Diretiva Delegada (UE) 2015/13, que **estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado e colocação em serviço de instrumentos de medição**, nomeadamente, contadores de água, contadores de gás e instrumentos de conversão de volume, contadores de energia elétrica ativa, contadores de energia térmica, sistemas de medição contínua e dinâmica de quantidades de líquidos com exclusão da água, instrumentos de pesagem automáticos, taxímetros, medidas materializadas, instrumentos de medição de dimensões e analisadores de gases de escape.

Com a publicação deste Diploma só podem ser disponibilizados no mercado e colocados em serviço os instrumentos de medição que **satisfaçam os requisitos definidos** no mesmo, que tenham sido alvo de uma avaliação de conformidade e subsequente marcação CE e que tenham marcação metrológica suplementar.

Os instrumentos de medição não conforme com o Decreto-Lei 45/2017 apenas poderão ser apresentados em feiras, exposições, demonstrações e outros eventos semelhantes, desde que um letreiro visível indique claramente que esses produtos não cumprem os requisitos nele estabelecido e que não são disponibilizados no mercado nem colocados em serviço antes de estarem em conformidade.”

Guias Eletrónicas de Resíduos

Foi aprovada Portaria 145/2017 que **define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional** e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER).

A Portaria 145/2017 entrou em vigor a **26 de maio de 2017**. No entanto, os modelos de guias de acompanhamento de resíduos aprovados pela Portaria 335/97 e pela Portaria 417/2008 podem ser **utilizados até 31 de dezembro de 2017**, data a partir da qual é obrigatória a utilização das e-GAR. A opção pela utilização das e-GAR determina a impossibilidade de utilização dos modelos das guias a que se refere o número anterior, com exceção das situações de impossibilidade de funcionamento da plataforma a que se refere o n.º 3 do artigo 12.º da Portaria 145/2017.

Instrumentos de Pesagem

O Decreto-Lei 43/2017 transpõe para o direito nacional a Diretiva 2014/31/UE que estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado dos seguintes instrumentos de pesagem não automáticos para as seguintes utilizações: transações comerciais; cálculo de uma portagem, uma tarifa, um imposto, um prémio, uma multa, uma remuneração, um subsídio, uma taxa ou um tipo similar de pagamento; para a aplicação de legislação ou regulamentação ou para peritagens judiciais; na prática clínica, para a pesagem de pacientes por motivos de controlo, diagnóstico e tratamentos clínicos; para a fabricação de medicamentos por receita em farmácia e para análises efetuadas em laboratórios clínicos e farmacêuticos; e em função da massa para venda direta ao público e confeção de pré-embalagens.

Com a publicação deste Diploma só **podem ser disponibilizados no mercado os instrumentos de pesagem que satisfaçam os requisitos definidos no mesmo**. Só podem ser colocados em serviço os equipamentos de medição que tenham **sido alvo de uma avaliação de conformidade e subsequente marcação CE** e que tenham marcação metrológica suplementar. Depois de serem postos em serviços, os instrumentos **devem manter-se em conformidade**.



LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

/ SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Retificação da Diretiva 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho. Relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (campos eletromagnéticos) (20.^a Diretiva especial na aceção do artigo 16.^o, n.^o 1, da Diretiva 89/391/CEE) e que revoga a Diretiva 2004/40/CE.

Lei 25/2017, de 30 de maio. Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, procede à segunda alteração à Lei 35/2014, de 20 de junho e à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e revoga a Lei 80/2013, de 28 de novembro.

Lei 27/2017, de 30 de maio. Aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, transpondo a Diretiva 2014/54/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

Lei 29/2017, de 30 de maio. Transpõe a Diretiva 2014/67/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços.

/ AMBIENTE

Decisão de Execução (UE) 2017/695 da Comissão, de 7 de abril. Autoriza os Estados-Membros a adotarem certas derrogações nos termos da Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.

Portaria 137/2017, de 12 de abril. Determina a aprovação do modelo do Título Único Ambiental (TUA).

Regulamento de Execução (UE) 2017/699 da Comissão, de 18 de abril. Estabelece uma metodologia comum para o cálculo do peso dos equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) colocados no mercado de cada Estado-Membro, bem como uma metodologia comum para o cálculo da quantidade de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) gerados, por peso, em cada Estado-Membro.

Regulamento (UE) 2017/706 da Comissão, de 19 de abril. Altera o anexo VII do Regulamento (CE) n.^o 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) no que respeita à sensibilização da pele e revoga o Regulamento (UE) 2016/1688 da Comissão.

Decisão de Execução (UE) 2017/728 da Comissão, de 20 de abril. Altera a Decisão de Execução 2013/92/UE relativa à fiscalização, aos controlos fitossanitários e às medidas a tomar em relação aos materiais de embalagem de madeira efetivamente utilizados no transporte de mercadorias especificadas originárias da China.

Regulamento de Execução (UE) 2017/725 da Comissão, de 24 de abril. Renova a aprovação da substância ativa mesotriona, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Portaria 145/2017, de 25 de abril. Define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER).

Decisão (UE) 2017/769 do Conselho, de 25 de abril. Relativa à ratificação e à adesão dos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, ao Protocolo de 2010 à Convenção Internacional sobre a responsabilidade e a indemnização por danos resultantes do transporte de substâncias perigosas e nocivas por mar, com exceção dos aspetos relacionados com a cooperação judiciária em matéria civil.

Decisão (UE) 2017/770 do Conselho, de 25 de abril. Relativa à ratificação e à adesão dos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, ao Protocolo de 2010 à Convenção Internacional sobre a responsabilidade e a indemnização por danos resultantes do transporte de substâncias perigosas e nocivas por mar, no respeitante aos aspetos relacionados com a cooperação judiciária em matéria civil.



LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

Regulamento de Execução (UE) 2017/753 da Comissão, de 28 de abril. Renova a aprovação da substância ativa cialofope-butilo, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2017/755 da Comissão, de 28 de abril. Renova a aprovação da substância ativa mesossulfurão em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Decreto-Lei 46/2017, de 3 de maio. Altera e republica o Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos.

Regulamento (UE) 2017/776 da Comissão, de 4 de maio. Altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico e científico, o Regulamento (CE) 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas.

Regulamento de Execução (UE) 2017/781 da Comissão, de 5 de maio. Retira a aprovação da substância ativa metilnilcetona, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Decreto-Lei 47/2017, de 10 de maio. Aprova alterações ao Regime da Avaliação e Gestão da Qualidade do Ar Ambiente, transpondo a Diretiva (UE) 2015/1480.

Regulamento de Execução (UE) 2017/805 da Comissão, de 11 de maio. Renova a aprovação da substância ativa flazassulfurão, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2017/806 da Comissão, de 11 de maio. Aprova a substância ativa de baixo risco Bacillus amyloliquefaciens estirpe FZB24, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos

produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2017/840 da Comissão, de 17 de maio. Relativo à não aprovação da substância ativa ortossulfamurão, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado.

Regulamento de Execução (UE) 2017/842 da Comissão, de 17 de maio. Renova a aprovação da substância ativa de baixo risco Coniothyrium minitans estirpe CON/M/91-08, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2017/843 da Comissão, de 17 de maio. Aprova a substância ativa Beauveria bassiana estirpe NPP111B005, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Decisão (UE) 2017/848 da Comissão, de 17 de maio. Estabelece os critérios e as normas metodológicas de avaliação do bom estado ambiental das águas marinhas, bem como especificações e métodos normalizados para a sua monitorização e avaliação, e que revoga a Decisão 2010/477/UE.

Regulamento (UE) 2017/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017. Relativo ao comércio e que revoga o Regulamento (CE) 1102/2008.

Lei 37/2017, de 2 de junho. Estabelece a obrigatoriedade da avaliação de impacte ambiental nas operações de prospeção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos e altera o Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental.

Regulamento (UE) 2017/997 do Conselho, de 8 de junho. Altera o anexo III da Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à característica de perigosidade HP 14 «Ecotóxico».



LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

Decreto-Lei 61/2017, de 9 de junho. Estabelece o regime jurídico da utilização de substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo as Diretivas Delegadas (UE) 2016/585, 2016/1028 e a 2016/1029.

Regulamento (UE) 2017/999 da Comissão, de 13 de junho. Altera o anexo XIV do Regulamento (CE) 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH).

Regulamento (UE) 2017/1000 da Comissão, de 13 de junho. Altera o anexo XVII do Regulamento (CE) 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) no que respeita ao ácido perfluorooctanoico (PFOA), aos seus sais e às substâncias relacionadas com o PFOA.

Lei 44/2017, de 19 de junho. Estabelece o princípio da não privatização do setor da água, procedendo à quinta alteração à Lei da Água, aprovada pela Lei 58/2005, de 29 de dezembro.

Regulamento de Execução (UE) 2017/1114 da Comissão, de 22 de junho. Renova a aprovação da substância ativa pendimetalina como candidata a substituição, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2017/1115 da Comissão, de 22 de junho. Renova a aprovação da substância ativa propoxicarbazona, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

/ QUALIDADE

Decreto-Lei 43/2017, de 18 de abril de 2017. Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado e colocação em serviço de instrumentos de pesagem não automáticos, transpondo a Diretiva 2014/31/UE.

Decreto-Lei 45/2017, de 27 de abril. Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado e colocação em serviço dos instrumentos de medição, transpondo a Diretiva 2014/32/UE, e a Diretiva Delegada (UE) 2015/13.

Despacho nº 3777/2017, de 5 de maio. Altera o n.º 1 do ponto 3.2 do Despacho 15793-I/2013, de 2 de dezembro de 2013.

Portaria 157/2017, de 10 de maio. Sexta alteração à Portaria 1473-B/2008, de 17 de dezembro, que aprova as taxas devidas pela emissão das declarações comprovativas dos direitos, pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas, pela atribuição de direitos de utilização de frequências e de números, pela utilização do espectro radioelétrico e demais taxas devidas ao ICP-ANACOM.

Decreto-Lei 57/2017, de 9 de junho. Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime da disponibilização no mercado, da colocação em serviço e da utilização de equipamentos rádio, transpondo a Diretiva 2014/53/UE.

Decreto-Lei 63/2017, de 9 de junho de 2017. Decreto-Lei relativo à certificação económica de equipamentos marítimos, transpondo a Diretiva 2014/90/EU.

Decreto-Lei 74/2017, de 21 de junho. Implementa as medidas SIMPLEX+ 2016 «Livro de reclamações online», «Livro de reclamações amarelo» e «Atendimento Público avaliado».

Retificação da Diretiva 2009/136/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro. Altera a Diretiva 2002/22/CE relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas, a Diretiva 2002/58/CE relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no sector das comunicações eletrónicas e o Regulamento (CE) 2006/2004 relativo à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de defesa do consumidor.



LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

/ SEGURANÇA ALIMENTAR

ADIÇÃO DE ADITIVOS AOS GÉNEROS ALIMENTÍCIOS

Regulamento (UE) 2017/839, de 17 de maio. Altera o anexo II do Regulamento (CE) 1333/2008 no que diz respeito à utilização de nitritos (E 249 — 250) em «golonka peklowana».

Regulamento (UE) 2017/874, de 22 de maio. Altera o anexo III do Regulamento (CE) 1333/2008 no que diz respeito à utilização de butano (E 943a), isobutano (E 943b) e propano (E 944) em preparações de corantes.

Regulamento (UE) 2017/871, de 22 de maio. Altera o anexo II do Regulamento (CE) 1333/2008 no que diz respeito à utilização de ácido fosfórico — fosfatos — di-, tri- e polifosfatos (E 338-452) em determinados preparados de carne.

BEBIDAS ESPIRITUOSAS DE ORIGEM NÃO VÍNICA

Regulamento de Execução (UE) 2017/1112 da Comissão, de 22 de junho. Altera o Regulamento (CE) 3199/93 relativo ao reconhecimento mútuo dos processos de desnaturação total do álcool para efeitos de isenção do imposto especial de consumo.

BEBIDAS ESPIRITUOSAS DE ORIGEM VÍNICA

Regulamento 2017/670 da Comissão, de 31 de janeiro. Complementa o Regulamento 251/2014 na parte respeitante aos processos de produção autorizados para a obtenção de produtos vitivinícolas aromatizados. O referido regulamento estabelece o quadro legal relativo à definição, descrição, apresentação, rotulagem e proteção das indicações geográficas dos produtos vitivinícolas aromatizado.

CONTAMINANTES ALIMENTARES

Regulamento (UE) 2017/627, de 3 de abril. Altera os anexos II, III e V do Regulamento (CE) 396/2005 no que se refere aos limites máximos de resíduos de fenepiroximato, triadimenol e triadimefão no interior e à superfície de certos produtos.

Regulamento (UE) 2017/644, de 5 de abril. Estabelece métodos de amostragem e análise para o controlo dos teores de dioxinas, PCB sob a forma de dioxina e PCB não semelhantes a dioxinas em determinados géneros alimentícios e que revoga o Regulamento (UE) 589/2014.

Regulamento de Execução (UE) 2017/660, de 6 de abril. Relativo a um programa de controlo coordenado plurianual da União para 2018, 2019 e 2020, destinado a garantir o respeito dos limites máximos de resíduos de pesticidas no interior e à superfície dos alimentos de origem vegetal e animal e a avaliar a exposição dos consumidores a estes resíduos.

Regulamento (UE) 2017/671, de 7 de abril. Altera o anexo II do Regulamento (CE) 396/2005 no que se refere aos limites máximos de resíduos de clotianidina e tiame-toxame no interior e à superfície de determinados produtos.

Retificação do Regulamento (UE) 2017/693, de 7 de abril. Retificação do Regulamento (UE) 2017/693 que altera os anexos II, III e V do Regulamento (CE) 396/2005 no que se refere aos limites máximos de resíduos de bitertanol, cloromequato e tebufenepirade no interior e à superfície de determinados produtos.

Regulamento (UE) 2017/880 da Comissão, de 23 de maio. Estabelece regras sobre a utilização de um limite máximo de resíduos estabelecidos para uma substância farmacologicamente ativa num determinado género alimentício para outro género alimentício derivado da mesma espécie e de um limite máximo de resíduos estabelecido para uma substância farmacologicamente ativa numa ou mais espécies para outras espécies, em conformidade com o Regulamento (CE) 470/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho.

GÉNEROS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM ANIMAL

Regulamento de Execução (UE) 2017/967 da Comissão, 8 de junho. Concede a Cabo Verde uma derrogação temporária das regras de origem preferencial estabelecidas no Regulamento Delegado (UE) 2015/2446, no que diz respeito às preparações ou conservas de filetes de atum.



LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

Regulamento de Execução (UE) 2017/968 da Comissão, 8 de junho. Concede a Cabo Verde uma derrogação temporária das regras de origem preferencial estabelecidas no Regulamento Delegado (UE) 2015/2446, no que diz respeito às preparações ou conservas de filetes de sarda e cavala e às preparações ou conservas de filetes de judeu liso ou judeu.

Regulamento (UE) 2017/1004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio. Relativo ao estabelecimento de um quadro da União para a recolha, gestão e utilização de dados no setor das pescas e para o apoio ao aconselhamento científico relacionado com a política comum das pescas, e que revoga o Regulamento (CE) 199/2008 do Conselho.

Regulamento de Execução (UE) 2017/949 da Comissão, 2 de junho. Estabelece regras de aplicação do Regulamento (CE) 1760/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à configuração do código de identificação dos bovinos e que altera o Regulamento (CE) 911/2004 da Comissão.

Decreto-Lei 62/2017, de 9 de junho. Estabelece o regime aplicável à composição, rotulagem e comercialização do leite, dos produtos derivados do leite e aos produtos extraídos do leite, transpondo a Diretiva (UE) nº 2015/2203.

Decisão de Execução (UE) 2017/1089 da Comissão, de 16 de junho. Altera o anexo II da Decisão 2006/766/CE no que respeita à inclusão da antiga República jugoslava da Macedónia, da Geórgia e da República de Quiribáti na lista de países terceiros e territórios a partir dos quais são autorizadas as importações de determinados produtos da pesca para consumo humano.

Retificação do Regulamento (UE) 653/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho. Altera o Regulamento (CE) 1760/2000 no respeitante à identificação eletrónica dos bovinos e que suprime as disposições sobre rotulagem facultativa da carne de bovino.

ALIMENTOS PARA ANIMAIS

Regulamento de Execução (UE) 2017/930 da Comissão, de 31 de maio. Relativo à autorização de uma preparação da estirpe DSM 11798 de microrganismos da família Coriobacteriaceae como aditivo em alimentos para todas as espécies aviárias e que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 1016/2013 da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2017/940 da Comissão, 1 de junho. Relativo à autorização do ácido fórmico como aditivo em alimentos para animais de todas as espécies.

Regulamento de Execução (UE) 2017/950 da Comissão, 2 de junho. Altera o Regulamento de Execução (UE) 1068/2011 no que respeita ao teor mínimo da preparação de endo-1,4-beta-xilanase produzida por *Aspergillus niger* (CBS 109.713) e endo-1,4-beta-glucanase produzida por *Aspergillus niger* (DSM 18404) como aditivo na alimentação de frangas criadas para postura e todas as espécies aviárias para postura (detentor da autorização BASF SE).

Regulamento de Execução (UE) 2017/961 da Comissão, 7 de junho. Relativo à autorização de uma preparação de *Enterococcus faecium* CECT 4515 como aditivo em alimentos para leitões desmamados e de uma nova utilização na água de abeberamento de leitões desmamados e frangos de engorda, e que altera o Regulamento (CE) 2036/2005 e o Regulamento (UE) 887/2011 (detentor da autorização Evonik Nutrition & Care GmbH).

Regulamento de Execução (UE) 2017/962 da Comissão, 7 de junho. Suspende a autorização da etoxiquina como aditivo em alimentos para animais de todas as espécies e categorias.

Regulamento de Execução (UE) 2017/963 da Comissão, 7 de junho. Relativo à autorização da preparação de endo-1,3(4)-beta-glucanase produzida por *Aspergillus aculeatinus* (anteriormente classificado como *Aspergillus aculeatus*) (CBS 589.94), endo-1,4-beta-glucanase produzida por *Trichoderma reesei* (anteriormente classificado como *Trichoderma longibrachiatum*) (CBS 592.94), alfa-amilase produzida por *Bacillus amyloliquefaciens* (DSM 9553), endo-1,4-beta-xilanase produzida por *Trichoderma viride* (NIBH FERM BP4842) e bacilolisina produzida por *Bacillus amyloliquefaciens* (DSM 9554) como aditivo em alimentos para todas as espécies aviárias e leitões desmamados e que altera os Regulamentos (CE) 358/2005 e (UE) 1270/2009 (detentor da autorização Kemin Europa NV).

Regulamento de Execução (UE) 2017/1006 da Comissão, 15 de junho. Altera o Regulamento de Execução (UE) 1206/2012 no que diz respeito à alteração da estirpe de produção da preparação de endo-1,4-beta-xilanase produzida por *Aspergillus oryzae* (DSM 10287) como aditivo em alimentos para aves de capoeira de



LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

engorda, leitões desmamados e suínos de engorda (detentor da autorização DSM Nutritional Products Ltd.).

Regulamento de Execução (UE) 2017/1007 da Comissão, de 15 de junho. Relativo à autorização de uma preparação de lecitinas como aditivo em alimentos para animais de todas as espécies.

Regulamento de Execução (UE) 2017/1008 da Comissão, de 15 de junho. Relativo à autorização da preparação de *Lactococcus lactis* PCM B/00039, *Carnobacterium divergens* PCM KKP 2012p, *Lactobacillus casei* PCM B/00080, *Lactobacillus plantarum* PCM B/00081 e *Saccharomyces cerevisiae* PCM KKP 2059p como aditivo em alimentos para frangos de engorda (detentor da autorização JHJ Ltd).

Regulamento (UE) 2017/1017 da Comissão, de 15 de junho. Altera o Regulamento (UE) 68/2013 relativo ao Catálogo de matérias-primas para alimentação animal.

ALIMENTOS PARA LACTANTES E CRIANÇAS

Regulamento Delegado (UE) 2017/1091 da Comissão, de 10 de abril. Altera o anexo do Regulamento (UE) 609/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à lista de substâncias que podem ser adicionadas aos alimentos transformados à base de cereais e alimentos para bebés e aos alimentos destinados a fins medicinais específicos.

SEGURANÇA ALIMENTAR

Regulamento (UE) 2017/625, de 15 de março. Relativo aos controlos oficiais e outras atividades oficiais que visam assegurar a aplicação da legislação em matéria de géneros alimentícios e alimentos para animais e das regras sobre saúde e bem-estar animal, fitossanidade e produtos fitofarmacêuticos, que altera os Regulamentos (CE) 999/2001, (CE) 396/2005, (CE) 1069/2009, (CE) 1107/2009, (UE) 1151/2012, (UE) 652/2014, (UE) 2016/429 e (UE) 2016/2031, (CE) 1/2005 e (CE) 1099/2009, e as Diretivas 98/58/CE, 1999/74/CE, 2007/43/CE, 2008/119/CE e 2008/120/CE, e que revoga os Regulamentos (CE) 854/2004 e (CE) 882/2004, as Diretivas 89/608/CEE, 89/662/CEE, 90/425/CEE, 91/496/CEE, 96/23/CE, 96/93/CE e 97/78/CE e a Decisão 92/438/CEE.

FITOFARMACEUTICOS

Regulamento (UE) 2017/978 da Comissão, de 9 de junho. Altera os anexos II, III e V do Regulamento (CE) 396/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere aos limites máximos de resíduos de fluopirame, hexaclorociclo-hexano (HCH), isómero alfa, hexaclorociclo-hexano (HCH), isómero beta, hexaclorociclo-hexano (HCH), soma dos isómeros, exceto o isómero gama, lindano [hexaclorociclo-hexano (HCH), isómero gama], nicotina e profenofos no interior e à superfície de determinados produtos.

Regulamento (UE) 2017/983 da Comissão, de 9 de junho. Altera os anexos III e V do Regulamento (CE) 396/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere aos limites máximos de resíduos de triciclazol no interior e à superfície de certos produtos.

Regulamento (UE) 2017/1016 da Comissão, de 14 de junho. Altera os anexos II, III e IV do Regulamento (CE) 396/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita aos limites máximos de resíduos de benzovindiflupir, clorantraniliprol, deltametrina, etofumesato, haloxifope, vírus do mosaico da pera-melão, isolado suave VC1, vírus do mosaico da pera-melão, isolado suave VX1, oxatiapiprolina, pentiopirade, piraclostrobin, espirotetramato, óleo de girassol, tolclofos-metilo e trinexapace no interior e à superfície de certos produtos.

Regulamento de Execução (UE) 2017/1113 da Comissão, 22 de junho. Renova a aprovação da substância ativa ácido benzoico, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

MATERIAIS E OBJETOS PARA CONTACTO ALIMENTAR

Regulamento (UE) 2017/752, de 28 de abril. Altera e retifica o Regulamento (UE) 10/2011 relativo aos materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os alimentos.



LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

HORTOFRÚTÍCULAS

Regulamento Delegado (UE) 2017/891 da Comissão, de 13 de março. Complementa o Regulamento (UE) 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos setores das frutas e produtos hortícolas e das frutas e produtos hortícolas transformados, complementa o Regulamento (UE) 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante às sanções a aplicar nesses setores, e altera o Regulamento de Execução (UE) 543/2011 da Comissão.

Regulamento (UE) 2017/892 da Comissão, de 13 de março. Estabelece regras de execução do Regulamento (UE) 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos setores das frutas e produtos hortícolas e das frutas e produtos hortícolas transformados.

Regulamento (UE) 2017/983, de 9 de junho. Altera os anexos III e V do Regulamento (CE) 396/2005 no que se refere aos limites máximos de resíduos de triciclazol no interior e à superfície de certos produtos.

Regulamento (UE) 2017/978, de 9 de junho. Altera os anexos II, III e V do Regulamento (CE) 396/2005 no que se refere aos limites máximos de resíduos de fluopirame, hexaclorociclo-hexano (HCH), isómero alfa, hexaclorociclo-hexano (HCH), isómero beta, hexaclorociclo-hexano (HCH), soma dos isómeros, exceto o isómero gama, lindano [hexaclorociclo-hexano (HCH), isómero gama], nicotina e profenofos no interior e à superfície de determinados produtos.

/OUTROS RELEVANTES

Lei 26/2017, de 30 de maio. Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais e diminui os constrangimentos à livre circulação de pessoas, procedendo à terceira alteração à Lei 9/2009, de 4 de março e transpondo a Diretiva 2013/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a Diretiva 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e o Regulamento (UE) 1024/2012, relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno.

Decreto-Lei 81/2017, de 30 de junho. Altera a certificação por via eletrónica de micro, pequena e média empresa.

Diretiva Delegada (UE) 2017/1011 da Comissão, de 15 de março. Altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o anexo III da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a uma isenção relativa à utilização de chumbo em vidros brancos para aplicações óticas.

Diretiva Delegada (UE) 2017/1009 da Comissão, de 13 de março. Altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o anexo III da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a uma isenção relativa à utilização de cádmio e de chumbo em vidros para filtrantes e vidros utilizados para padrões de refletância.

Diretiva Delegada (UE) 2017/1010 da Comissão, de 13 de março. Altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o anexo III da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a uma isenção relativa à utilização de chumbo em casquilhos e buchas de chumaceiras de determinados compressores com refrigerantes.

Recomendação (UE) 2017/948 da Comissão, de 31 de maio. Relativa à utilização, na disponibilização de informações aos consumidores em conformidade com a Diretiva 1999/94/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de valores de consumo de combustível e de emissões de CO2 medidos e homologados de acordo com o procedimento de ensaio harmonizado a nível mundial para veículos ligeiros.

Portaria 158/2017, de 11 de maio. Portaria que determina as alterações ao Protocolo que criou o Centro de Formação Profissional para o Sector da Indústria de Cerâmica (CENCAL), publicado em anexo à Portaria nº 750/87, de 1 de setembro, com a redação introduzida pela Portaria nº 1278/97, de 29 de dezembro.

eficiencia.organizacional@vlm.pt

www.vlm.pt